



RIBEIRÃO DAS NEVES - MG

Guarda Civil Municipal

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Gêneros e tipos de texto	7
Significação das palavras.....	17
Figuras de Sintaxe; Figuras de Linguagem.....	18
Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais; Coesão e coerência textual	23
Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras formação de palavras	25 36
Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais.....	39
Concordância verbal e nominal	44
Regência verbal e nominal	46
Crase	48
Colocação pronominal.....	50
Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos	51
Acentuação gráfica.....	56
Ortografia.....	58
Pontuação	59
Variação linguística.....	64
Exercícios	65
gabarito.....	76

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação	1
Linguagem dos conjuntos: Notação e representação de conjuntos; Elementos de um conjunto e relação de pertinência; Igualdade de conjuntos; Relação de inclusão; Subconjuntos; Conjunto unitário; Conjunto vazio; Conjuntos das partes; Formas e representações de conjuntos; Conjunto finito e infinito; Conjunto universo; Operações com conjuntos; União.....	14
Números decimais. Valor absoluto	23

SUMÁRIO



Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Propriedades no conjunto dos números naturais. Decomposição de um número natural em fatores primos. Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais	26
Verdades e Mentiras: resolução de problemas	39
Sequências (com números, com figuras, de palavras)	42
Análise combinatória e probabilidade.....	43
Problemas envolvendo raciocínio lógico	49
Exercícios	52
gabarito.....	61

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de Sistemas de Backup: Tipos de backup. Planos de contingência. Meios de armazenamento para backups	1
Noções de Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows. Windows 10: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho; trabalho com pastas e arquivos: localização de arquivos e pastas; movimentação e cópia de arquivos e pastas; tipos de arquivos e extensões; criação, renomeação e exclusão de arquivos e pastas; configurações básicas do Windows: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano, protetor de tela; Windows Explorer	6
Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta.....	32
Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados.....	41
Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações.....	49
Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge).Noções de rede de computadores: conceitos e serviços relacionados à Internet, tecnologias e protocolos da internet, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à internet/intranet. Redes Sociais: conceitos e características, vantagens e desvantagens	57
Noções de Hardware e Software: Fundamentos de computação: Conceitos de hardware e software. Organização e arquitetura de computadores. Componentes de um computador (hardware e software).....	80
Conceitos de segurança da informação, noções básicas de segurança da informação. Políticas de Segurança da Informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes.....	85
Exercícios	107
gabarito.....	114

SUMÁRIO



HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Formação da Cidade de Ribeirão das Neves: História, Bandeira, Brasão, Hino, Dados Gerais. Formação Administrativa, Cultura, Arte, Patrimônio Cultural e Tombamentos	1
Bairros por regional. Mapas de Ribeirão das Neves	5
Mecanismos de controle social e desafios da modernização capitalista	7
O lugar do Município de Ribeirão das Neves dentre as demais cidades brasileiras ...	8
Favelas e aglomerados do Município de Ribeirão das Neves	8

GEOGRAFIA URBANA

Concepção urbanística: traçado e características principais das vias e seus nomes..	1
Características físicas e espaciais: dimensão territorial, a topografia e suas restrições e influências.....	3
A expansão da cidade	4
Municípios limítrofes e conurbação	5
As principais rodovias de acesso ao município.....	6
Administração Regional: localização geográfica e principais bairros.....	7
Plano Diretor: características gerais, diretrizes norteadoras.....	8
Enchentes: principais áreas de inundações; causas e consequências. Áreas de risco geológico e medidas de prevenção.....	11
A violência urbana em no Município de Ribeirão das Neves	13
A concentração espacial da violência: características e fatores relacionados	13
Atividades criminosas: gangues juvenis e atuação de grupos armados.....	14
População em situação de rua: características gerais e suas principais reivindicações.....	15
O turismo em Ribeirão das Neves.....	16
Principais pontos turísticos e monumentos.....	16

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito de Direito Administrativo; Princípios do Direito Administrativo	1
Administração Pública Direta e Indireta	12
Poderes da Administração Pública.....	14
Atos Administrativos	24
Controle dos Atos Administrativos	42
Agentes Públicos.....	51
Serviços Público	121
Responsabilidade Civil do Estado.....	139

SUMÁRIO



Exercícios.....	146
gabarito.....	150

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º a 4º).....	1
Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (Art. 5º).....	4
Os Municípios (Arts. 29 a 30).....	11
Do Poder Judiciário (Art. 92).....	14
Segurança Pública (Art. 144).....	15
Exercícios.....	16
gabarito.....	19

DIREITOS HUMANOS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ÂMBITO INTERNACIONAL

Teoria Geral dos Direitos Humanos: Conceito e Terminologia; Classificação dos Direitos Humanos.....	1
Fundamentos dos Direitos Humanos.....	8
Mitos e Verdades sobre os direitos Humanos.....	10
Negados e Subtraídos.....	11
Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.....	12
Afirmação do Conceito de Pessoa na História.....	15
Grandes Etapas Históricas na Afirmação dos Direitos Humanos – Declaração Universal dos Direitos Humanos, Revolução Americana, Revolução Francesa, Organização das Nações Unidas e sua Comissão de Direitos Humanos.....	15
Direitos Humanos no Brasil – Constituição de 1934 e de 1988.....	20
Regras de Beijing.....	22
Proteção de Grupos Vulneráveis.....	23
Diversidade Étnico-Racial - Racismo: causas, tipos, racismo estrutural e ocorrências no Brasil e sexual.....	25
Direitos Humanos – conceito e evolução histórica.....	27
Estado Democrático de Direito.....	28
Direitos Humanos e Cidadania.....	29
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	30
Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José da Costa Rica”)... ..	43
Exercícios.....	60

SUMÁRIO

gabarito.....	64
---------------	----

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ÂMBITO FEDERAL

Constituição Federal Brasileira de 1988: Título I – Dos Princípios Fundamentais. Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, do Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Título III, Capítulo IV – Dos Municípios; Título V, Capítulo III, Da Segurança Pública	1
Capítulo VII – Da Administração Pública; Administração Pública; Servidores Públicos	1
Noções Gerais de Direito Administrativo: Princípios do Direito Administrativo; Atos Administrativos; Serviços Públicos	13
Bens Públicos.....	13
Lei de Improbidade administrativa (Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho 1992).....	16
Estatuto do Desarmamento (Lei Federal nº 10.826, 22 de dezembro de 2003).....	42
Tortura (Lei Federal nº 9.455, de 07 de abril de 1977).....	52
Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 e Decreto Federal nº 11.841, de 21 de dezembro de 2023)	53
Código de Trânsito Brasileiro, dos Crimes de Trânsito, Direção Defensiva e Primeiros Socorros (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações	58
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e suas alterações	177
Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741, de 1 de outubro de 2003) e suas alterações	241
Uso legal e progressivo da força e emprego de equipamentos letais e não letais (Código Penal de 1940 art. 20, §1º; arts. 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e arts 312 a 329; arts. 13 a 31; 121 a 129; 133 a 151; 155 a 163; 171; 180; 213 a 218; 286 a 291; 297 a 305; ; 328 a 331)	260
Código de Processo Penal de 1941, arts. 283 a 303.....	301
Lei das Contravenções Penais: Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941	301
Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, e atualizações - Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....	308
Lei Federal 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e atualizações - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor	309
Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e atualizações - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)	312
Exercícios	332
gabarito.....	338

SUMÁRIO



DIREITO PENAL E LEGISLAÇÕES ESPECIAIS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ÂMBITO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município.....	1
Lei Complementar Municipal nº 38/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ribeirão das Neves/MG, e atualizações.....	55
Lei Complementar Municipal nº 207, de 22 de junho de 2020 - Plano Diretor do Município, e atualizações.....	92
Lei Municipal nº 2.965, de 28 de dezembro de 2006 - Institui a Guarda Municipal, estabelece o plano de carreira, cargos e vencimentos dos Guardas Municipais, e atualizações.....	163
Lei Municipal nº 4.068, de 21 de janeiro de 2020 - Altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 2.965, de 28 de dezembro de 2006, e atualizações.....	184
Lei Municipal nº 4.379, de 20 de setembro de 2023 - Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Guarda Civil de Ribeirão das Neves e institui a tabela de vencimentos, e atualizações.....	206

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.



PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO**: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO**: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta**: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada**: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas** são formadas por duas proposições simples.



Backup consiste em “cópias de segurança” de dados e arquivos importantes de um computador. Normalmente são efetuadas essas cópias com finalidades preventivas contra falhas gerais do computador, como por exemplo, danos físicos, vírus, invasões, etc.

Os *Backups* podem ser feitos de várias formas que vão desde uma simples cópia dos dados para dispositivos como CD, DVD ou pen drive, até formas mais complexas como cópias dos dados em nuvens (*Cloud Backup*) ou até mesmo em forma de espelhamento de disco, essas geralmente são efetuadas de forma automática, onde são configuradas data e hora previamente e então não há a necessidade de intervenção humana.

Formas de Realizar Backup

Inicialmente devemos nos ater a alguns fatores antes da realização de um *Backup* dos quais veremos a seguir:

- **Escolha dos Dados:** as cópias de dados devem conter apenas arquivos pessoais e confiáveis do usuário (fotos, vídeos, músicas, documentos), arquivos do sistema operacional e de instalação de programas não devem fazer parte do *backup*, pois, podem conter vírus, arquivos corrompidos e outros problemas, lembrando que esses arquivos de são restaurados após a instalação do sistema operacional.

- **Mídias Utilizadas:** a escolha das mídias para realização do *backup* depende da relevância e tempo que os arquivos devem ser mantidos.

Melhor Método e Mídia Adequada¹

1. Backup em DVDs ainda Vale?

Para *backup* de documentos, planilhas, PDFs e outros arquivos do gênero, os DVDs ainda são uma boa opção porque são simples e baratos – uma embalagem com 100 discos custa em torno de 50 reais. Um DVD single-layer pode armazenar até 4,7 GB de dados, e a maioria dos programas de *backup* pode dividir a cópia de segurança em diversos discos, caso uma única unidade não seja suficiente. Para que seus *backups* durem mais e não sejam acidentalmente sobrescritos por outros conteúdos, prefira os discos graváveis aos regraváveis.

2. Disco Rígido Externo ou NAS?

Quando o disco está recheado de fotos, vídeos e músicas – ou seja, arquivos que consomem muito espaço –, o ideal é partir para um disco rígido externo ou uma unidade NAS. É possível encontrar HDs externos de boa capacidade a preços bem razoáveis. Quem pretende comprar uma unidade nova e tem computador com interface USB 3.0 deve preferir os discos com a mesma interface para garantir maior velocidade na transferência dos dados. Quando há vários computadores na jogada, uma unidade centralizada é muito conveniente. Conectada à rede, ela poderá armazenar os *backups* dos diferentes computadores da casa ou do escritório. Um NAS de pelo menos duas baias é mais recomendável porque oferece recurso de redundância.

3. Onde Devo Deixar o Backup?

Um erro frequente é deixar o *backup* no mesmo ambiente em que estão os dados originais. Geralmente, o disco externo é colocado ao lado do computador. Em caso de roubo, as chances de que o ladrão leve tudo são enormes. Em caso de incêndio ou inundação, adeus computador e *backup* também. Se optar por fazer cópias somente em mídia física, tenha a preocupação de guardá-la em um local seguro, preferencialmente na casa de um parente ou amigo. Além disso, cuide para que os discos de *backup* fiquem em um lugar seco, fresco e longe da luz e, no caso dos discos rígidos, que não sofram impactos.

4. É Melhor Usar a Nuvem?

Os serviços de *backup* online são interessantes, mas, se você quiser manter seus dados realmente seguros, é bom providenciar uma cópia física deles também. Uma boa saída é fazer uma combinação das duas soluções, usando um serviço de nuvem como redundância do meio físico. O principal problema dos serviços online

¹ <http://info.abril.com.br/dicas/arquivo/tire-suas-duvidas-sobre-backup.shtml>



História do Município de Ribeirão das Neves

As primeiras referências sobre o município de Ribeirão das Neves remontam ao início do século XVIII, quando era conhecido como 'Matas de Bento Pires'.

Em 1745, Jacintho Vieira da Costa, mestre-de-campo, obteve o título de sesmaria de uma porção de terra na região central. Dois anos depois, construiu uma Capela dedicada à Nossa Senhora das Neves, originando o nome 'Fazenda das Neves'. O engenho da fazenda foi erguido em 1746. Em 1760, Jacintho Vieira da Costa faleceu, deixando seus bens para o filho Antonio Vieira da Costa, após um conflito de herança que se estendeu até 1796. Sem herdeiros legítimos, os bens foram leiloados, e as fazendas das Neves e Carijós foram adquiridas pelo Capitão José Luis de Andrade, residente na Vila do Sabará, em um novo capítulo da história do município.

José Luis casou-se em 1799 com D. Francisca Antônia da Costa, com quem teve dois filhos: o Guarda-mor Joaquim José de Andrade e o Padre José Maria de Andrade. Joaquim José de Andrade mudou-se para Neves em 1818 e comprou a Fazenda dos Carijós em 1825. Em 1826, casou-se com Dona Úrsula Maria Nogueira de Alvarenga, com quem teve 8 filhos, deixando uma grande descendência em Ribeirão das Neves e Pedro Leopoldo. José Maria de Andrade, segundo filho do Capitão, tornou-se padre e permaneceu na Fazenda das Neves até sua morte, fortalecendo a importância da Capela já existente desde 1747.

Em 1820, foi estabelecida uma Guarda-Moria nas Capelas de Nossa Senhora das Neves e Santo Antônio da Venda Nova. Em 1827, Neves foi elevada a Distrito de Paz, com cerca de 1.241 habitantes, por meio da lei Providencial, reforçada pelo Decreto de 1830. No entanto, em 1846, Neves perdeu seu status de distrito devido às condições precárias da capela e ao crescimento populacional, sendo anexada ao distrito de Venda Nova.

Após a morte do padre, Neves foi anexada ao distrito de Pindahybas, atual Vera Cruz de Minas, em 1873, permanecendo lá até 1911, quando ambos foram incorporados ao recém-criado município de Contagem.

Em 1927, o Estado de Minas Gerais adquiriu parte das fazendas do Mato Grosso e de Neves para construir uma Penitenciária Agrícola, impulsionando o crescimento populacional. Em 1938, Contagem perdeu sua autonomia municipal ao ser anexada a Betim, junto com todos os seus distritos, incluindo Neves e Campanha. Nesse mesmo ano, a Penitenciária Agrícola de Neves foi inaugurada.

Bandeira



Brasão



No contexto urbano, o tratamento urbanístico, o estado do pavimento, a diversidade de sinalização, bem como as características físicas e o padrão de circulação adotado são elementos cruciais que influenciam o comportamento dos cidadãos.

A malha viária urbana de Ribeirão das Neves exhibe particularidades distintas, dividindo-se em três grandes áreas geograficamente separadas:

– **Sede ou Região Central:** abrange a área central do município e concentra os principais serviços e infraestruturas para atender à população local.

– **Região de Justinópolis:** constitui uma área conurbada com Belo Horizonte, onde se encontram diversos bairros.

– **Região da BR-040:** estende-se ao longo da rodovia BR-040, englobando vários bairros cuja conectividade depende principalmente da utilização dessa via e apresentando áreas conurbadas com Contagem e Esmeraldas.

– A ligação entre a Sede e a Região de Justinópolis, e conseqüentemente com a parte norte de Belo Horizonte, é facilitada pela via de ligação LMG-806.

Por sua vez, a conexão entre a Sede e a Região da BR-040 ocorre por meio de duas alternativas viárias: uma formada pelo corredor das Ruas José Pedro Pereira, Robson Eustáquio da Silva e Alameda das Gaivotas até o Trevo de Ribeirão das Neves; e outra pela Avenida Eduardo Brandão, que alcança a rodovia na altura do Bairro Vereda.

As vias secundárias do município desempenham um papel ao direcionar o fluxo de veículos das rodovias e das áreas centrais para os bairros. No entanto, são insuficientes em número e muitas delas não possuem largura adequada para o trânsito entre as regiões. Esse sistema viário deficiente contribui para a desconexão entre os bairros, com poucos eixos de ligação que dificultam a circulação de pedestres e veículos no município.

Como vias secundárias, merecem destaque a ligação de Areias, na parte norte de Justinópolis, com a MG-424, e uma via não pavimentada que se estende desde a Rua Moacir Menezes até a região central de Pedro Leopoldo. As demais conexões de Ribeirão das Neves com os municípios vizinhos de Belo Horizonte e Contagem ocorrem principalmente por vias urbanas, devido à conurbação existente.

LMG-806

É uma rodovia com cerca de 7,0 km de extensão, caracterizada por grandes áreas desocupadas. Possui em sua maior parte duas faixas de tráfego por sentido, canteiro central e acostamento em alguns locais, mas apresenta pontos de estrangulamento com capacidade restrita. A velocidade máxima regulamentada é de 60 km/h, reduzindo para 40 km/h em locais de estrangulamento, interseções ou presença de pedestres. Apesar de atender ao transporte coletivo, não oferece tratamentos para conforto e segurança dos usuários.

Dispõe de dispositivos eletrônicos de controle de velocidade, mas possui interseções sem tratamentos adequados de geometria e sinalização, resultando em insegurança.

Principais problemas incluem insegurança em diversas interseções, falta de tratamento nos pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo, e restrição de capacidade viária em trechos com estrangulamentos. Além disso, devido às características rodoviárias, falta sinalização de chegada à área urbana e redução da velocidade máxima permitida.



Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, *L'Esprit des Lois*, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalencia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: **Legislativa, Administrativa e Jurisdicional**.

Pondera-se que os poderes **Legislativo, Executivo e Judiciário** são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

Funções do Estado:

- Legislativa
- Administrativa
- Jurisdicional

Poderes criados para desenvolver as funções do estado:

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário

Infere-se que cada poder exerce, de forma fundamental, uma das funções de Estado, é o que denominamos de **FUNÇÃO TÍPICA**.

	PODER LEGISLATIVO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO
Função típica	Legislar	Administrativa	Judiciária



Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:



A teoria geral dos direitos humanos compreende os elementos basilares acerca do estudo dos direitos humanos internacionais.

Apresenta temas como conceito, histórico, características e outros pontos elementares para o conhecimento da disciplina.

Sistema Internacional dos Direitos Humanos

A luta do homem pela efetivação de direitos humanos fundamentais existiu em muitos períodos da história da humanidade, sendo resultado das inquietações do ser humano e de seus processos de luta por reconhecimento.

Na esfera interna dos Estados a efetivação e positivação dos direitos humanos coincide com o advento do constitucionalismo moderno em seu mister de limitar o arbítrio estatal e de garantir a tutela dos direitos do homem.

No campo internacional a existência de um sistema de normas e mecanismos de tutela dos direitos humanos apresenta como marco histórico o pós-segunda guerra mundial, a partir da criação da Organização das Nações Unidas. Destaca-se como precedentes desse processo de internacionalização, a criação da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário.

Precedentes históricos

Direito humanitário: conjunto de normas e medidas que disciplinam a proteção dos direitos humanos em tempo de guerra (1863). Direito humanitário versa sobre a proteção às vítimas de conflitos armados, atua também em situações de graves calamidades.

Criação da liga das nações (1919): antecessora da ONU, a liga das nações foi criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de garantir a paz no mundo. Sua proposta falhou pois não foi apta a impedir a ocorrência da 2ª guerra mundial.

Criação da OIT (1919): criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de promover a tutela dos direitos dos trabalhadores por meio da garantia de padrões internacionais de proteção.

Ao dispor sobre os antecedentes históricos Flavia Piovesan dispõe:

Ao lado do Direito Humanitário e da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho (International Labour Office, agora denominada International Labour Organization) também contribuiu para o processo de internacionalização dos direitos humanos. Criada após a Primeira Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho tinha por finalidade promover padrões internacionais de condições de trabalho e bem-estar. Sesenta anos após a sua criação, a Organização já contava com mais de uma centena de Convenções internacionais promulgadas, às quais Estados-partes passavam a aderir, comprometendo-se a assegurar um padrão justo e digno nas condições de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário ainda atuam na tutela dos direitos humanos.

Histórico do sistema internacional dos direitos humanos

O sistema internacional de direitos humanos é fruto do pós 2ª guerra mundial e surge como decorrência dos horrores praticados na guerra. A desvalorização e reificação da pessoa humana faz emergir a necessidade de construção de uma nova lógica ao Direito, pautada em um sistema de valores éticos e morais, no qual a pessoa humana seja o fim e não um meio.

Com vistas a criar um sistema internacional de proteção no qual a tutela dos direitos humanos seja o fim maior dos Estados, em 1945 é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), instituição internacional global para a promoção e garantia dos direitos humanos e da paz no mundo.

Sobre o tema preceitua Flávia Piovesan:



— Observação importante:

Pessoas jurídicas de direito público são entidades estatais acopladas ao **Estado**, exercendo finalidades de interesse imediato da coletividade. Em se tratando do direito público externo, possuem a personalidade jurídica de direito público cometida à diversas nações estrangeiras, como à Santa Sé, bem como a organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO.(art. 42 do CC).

No direito público interno encontra-se, no âmbito da administração direta, que cuida-se da Nação brasileira: União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (art. 41, incs. I, II e III, do CC).

No âmbito do direito público interno encontram-se, no campo da administração indireta, as autarquias e associações públicas (art. 41, inc. IV, do CC). Posto que as associações públicas, pessoas jurídicas de direito público interno dispostas no inc. IV do art. 41 do CC, pela Lei n.º 11.107/2005,7 foram sancionadas para auxiliar ao consórcio público a ser firmado entre entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

Não existe hierarquia entre os princípios expressos e implícitos. Comprova tal afirmação, o fato de que os dois princípios que dão forma o **Regime Jurídico Administrativo**, são meramente implícitos.

Regime Jurídico Administrativo: é composto por todos os princípios e demais dispositivos legais que formam o Direito Administrativo. As diretrizes desse regime são lançadas por dois princípios centrais, ou supraprincípios que são a Supremacia do Interesse Público e a Indisponibilidade do Interesse Público.

Supremacia do Interesse Público	Conclama a necessidade da sobreposição dos interesses da coletividade sobre os individuais.
Indisponibilidade do Interesse Público	Sua principal função é orientar a atuação dos agentes públicos para que atuem em nome e em prol dos interesses da Administração Pública.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do *caput* do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

– Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES - MG

Nós, representantes do povo do Município de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais, fiéis aos ideais de liberdade de sua tradição e investidos pela Constituição da República na atribuição de elaborar a Lei Orgânica Municipal, autônoma e democrática, que, tendo como princípio a participação livre e direta da sociedade civil, institui a descentralização e a desconcentração do Poder Político como forma de assegurar ao cidadão o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Lei Orgânica.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de Ribeirão das Neves do Estado de Minas Gerais integra, com autonomia Político-Administrativa, a República Federativa do Brasil, como participante do Estado Democrático de Direito, comprometendo-se a respeitar, valorizar e promover seus fundamentos básicos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania,
- III - a dignidade da pessoa humana,
- IV - os valores sociais de trabalho e da livre iniciativa, V - o pluralismo político.

Art. 2º Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente, ou por meio de representantes eleitos nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado e da Lei Orgânica deste Município.

§ 1º O exercício direto do Poder pelo Povo do Município se dá, na forma desta Lei Orgânica, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular no processo legislativo,
- IV - participação em decisão da administração pública.

§ 2º O Município se organiza e se rege por esta Lei Orgânica e demais Leis que adotar, observados os princípios Constitucionais da República e do Estado.

§ 3º O exercício do Poder pelo povo no Município se dá por representantes eleitos pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos, na forma da legislação federal, nos termos desta Lei Orgânica.

Art. 3º O Município concorrerá, nos limites de sua competência, para a consecução dos objetivos fundamentais da República e prioritários do Estado.

rt. 4º É mantida a sede do Município, enquanto espaço viável de vocação histórica, para preservar a sua identidade, adequando as exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, tradição e peculiaridades, e o atual território do Município, cujos limites só podem ser alterados nos termos da Constituição do Estado.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Art. 5º A dignidade do homem é intangível. Respeitá-la e protegê-la é obrigação do Poder Público Municipal que a assegurará no seu território e nos limites de sua competência.



— Legalidade (Art. 5º, XXXIX + Art. 1º, CP + Documentos Internacionais)

Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal → **real limitação ao poder estatal de interferir na esfera das liberdades individuais.**

O princípio da legalidade se divide em **dois subprincípios**: reserva legal e anterioridade.

– **Reserva legal**: não há crime ou pena sem lei em sentido estrito, ou seja, diploma legal emanado do Poder Legislativo.

1 – E contravenção penal? A doutrina entende que as contravenções/infrações penais também não podem ser aplicadas sem lei.

2 – Além da pena, entende-se também que **a medida de segurança não pode ser aplicada sem prévia lei.**

Medida legal é outra espécie de sanção penal (resposta dada a alguém por uma infração penal), na qual a culpabilidade não é um pressuposto, mas sim a periculosidade, ex.: agente não pode ser condenado em função de doença mental, porém ele sofre a aplicação de medida de segurança (tratamento ambulatorial, internação, por exemplo).

– **Anterioridade**: não há crime ou pena **sem lei anterior** ao fato praticado, ex.: a partir de hoje, beber cerveja é crime, porém quem bebia até ontem não pode ser criminalizado → a anterioridade gera o princípio da irretroatividade da lei penal.

Atributos da Lei Penal: a lei penal deve ser:

I – a norma penal deve ser **escrita**. Os costumes influenciam no direito penal e servem para aclarar determinados textos (ex.: repouso noturno). Segundo o MPSP, o costume não pode revogar crime (**v. Súmulas 502 e 574, STJ**);

II – A norma penal deve ser **certa**, sem margens de dúvidas para sua interpretação;

III – Deve ser **taxativa**, de forma a evitar que a norma seja aplicada a uma gama variada de condutas, violando o princípio da reserva legal;

IV – A norma penal deve ser **necessária**, uma vez que o direito penal deve ser o último recurso do Estado para proteção do bem jurídico.

Tópicos relevantes

– Medidas Provisórias em matéria penal, a rigor, a Medida Provisória não pode tratar de matéria penal (**v. Art. 62, § 1º, “b”, CF**), porém **o STF entende que a Medida Provisória pode tratar de matéria quando beneficiar o infrator** (reduzindo penas, discriminando condutas, por exemplo).

– Normas penais em branco, isto é, as que exigem um complemento para ter eficácia, violam o princípio da reserva legal? Prevalece o entendimento que as **normais penas em branco não violam o princípio da reserva legal**, pois a conduta está sendo discriminada na norma penal, apenas que o legislador não tem como colocar todas as minúcias do tema na lei.

Irretroatividade da Lei Penal

– A lei penal só se aplica aos **atos ocorridos durante a sua vigência**, não atingindo fatos anteriores.

– Existe exceção? Sim, a **lei penal mais benéfica ao agente** terá aplicação retroativa.

Individualização da Pena (Art. 5º, XLVI, CF)